

A SEMANA na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

15 a 21 de Fevereiro de 1993 Nº 75

ANGOLA: A UNITA é responsável pela guerra.

A declaração é do Embaixador Antônio Monteiro, representante português na Troika de observadores (junto com EUA e Rússia) do processo de paz angolano. "Se a UNITA quer a guerra que o diga e agiremos em consequência. Não pode continuar dizendo que quer a paz enquanto o cessar-fogo é descaradamente violado mil vezes por dia". Quanto à indefinição da UNITA em participar de uma nova rodada de negociações em Adis Abeba, o embaixador Monteiro afirmou que não se poderia esperar muito. "O representante dos Estados Unidos está pronto para ir a Adis Abeba. Caso contrário, haverá outro comunicado da Troika com elementos novos no que diz respeito à posição americana".

Meios diplomáticos ocidentais estão estudando meios de afastar Savimbi da cena política angolana. É a única forma de evitar o caos em que o país está mergulhando. A Inglaterra, que até há pouco tempo via em Savimbi um meio de ter presença marcante em Angola, está se aproximando do governo de Luanda. Portugal, por sua vez, pressiona Washington a tomar uma medida urgente. Um editorial do New York Times (10/2) faz um apelo para que Clinton reconheça o governo de José Eduardo dos Santos e acabe com essa "anomia".

A UNITA no parlamento. Vinte e três dos 70 deputados eleitos pela UNITA nas eleições em setembro passado aceitaram participar do parlamento. Entre eles estão o ex-ministro das Relações Exteriores, Abel Chivukuvuku, o médico pessoal de Savimbi, Carlos Morgado, o jurista Vitorino Hossi e Honório Van Dunem, um dos críticos mais radicais da orientação belicista do seu partido.

A batalha de Huambo. A capital do planalto central, com mais de 800 mil hab. e principal cidade ovimbundu, etnia de Savimbi, parece ter-se tornado o símbolo desta "nova guerra" que já matou cerca de 50 mil pessoas. A cidade, praticamente em escombros depois de mais de um mês sob bombardeio, está no momento quase toda em poder da UNITA que ocupa o aeroporto e o principal quartel. O chefe de Estado-Maior das Forças Armadas Angolanas, general João de Matos reconhece que Huambo está sendo palco da "mais importante batalha" em Angola. O governo reforçou o ataque pela sua recuperação total enquanto que a Cruz Vermelha pede uma trégua para enterrar os mortos e evitar

NESTA EDIÇÃO:

A Desvalorização de
1.200% do Kuanza
p.03

23 Deputados da UNITA
apresentam-se à Assembléia
Nacional
p.02

Pinto da Costa regressa à
São Tomé
p.11

epidemias. Mais de um milhão de pessoas — um décimo da população — enfrenta já situação de fome, especialmente no interior do país, três quartos do qual está em poder da UNITA.

Religiosos acusam as forças policiais do governo de terem causado a morte de freiras e sacerdotes na sequência do ataque ao Arcebispo de Huambo. O governo se justifica dizendo que o edifício estava servindo de base de comunicações da UNITA.

Desvalorização da moeda. Oferecendo dólares em leilões regulares, o governo provocou uma desvalorização do Kuanza em cerca de 1.200%. O dólar passou de 550 para sete mil Kuanzas, aproximando-se do valor do câmbio paralelo. As passagens internacionais da TAAG sofreram um aumento brutal, mantendo-se contudo o preço das viagens domésticas, após apelo popular. A elevação do custo de vida foi muito alta, pois 80% do abastecimento urbano é importado. Empresários e deputados protestaram contra a medida. Um dos líderes do empresariado angolano, o deputado Melo Xavier, afirmou que concorda com a medida mas propugna que se "evite custos políticos". (p. 01 a 08) JMNP

Informativo de circulação restrita editado pelo Programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS — CEAA do Conjunto Universitário Candido Mendes.
Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembléia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622
R. 259; 221-3536; Fax: (5521) 2324782. Rio de Janeiro — Brasil Cep: 20011.

ÁFRICA DO SUL: Desencontro nas negociações.

O exato significado dos resultados das negociações entre o governo e o congresso nacional sul-africano(ANC) na caminhada para uma África do sul democrática é, neste momento, uma incógnita. Evidentemente, a própria realização destas negociações já é um avanço. No entanto, as reações à estas e o fato de as partes envolvidas terem desmentido as versões que davam conta de um suposto acordo firmado entre o ANC e o governo sul-africano fazem com que seja necessário encarar estas negociações com o devido comedimento.

Segundo as primeiras informações divulgadas, a formação de um governo de unidade nacional havia sido acordada entre o ANC e os representantes governamentais. Como consequência, ocorreram fortes reações das forças políticas excluídas desta etapa de negociações. Tanto o Inkatha quanto o partido conservador, passando pelo partido sul-africano, repudiaram a realização do suposto acordo. Tal fato demonstra o quão complexa é a situação na África do Sul. Uma informação a princípio positiva faz aflorar as profundas divisões entre os sul-africanos.

As reações às primeiras versões veiculadas sobre as negociações desenvolvidas na cidade do Cabo permitem compreender as dimensões políticas da crise sul-africana. De forma geral, as análises acerca deste País acentuam o caráter

racial desta. Não obstante, a polêmica causada pela possibilidade do acordo revela que as censuras contra este partiram daquelas forças excluídas das negociações, mostrando que a necessidade de ocupar espaços políticos, tanto quanto a questão racial, é um dos motores da crise na África do Sul.

MOÇAMBIQUE: O país depende dos fundos da ONU e sente a proximidade dos ventos angolanos.

Os primeiros 30 integrantes da Onumuz (Nações Unidas em Moçambique) já chegaram ao país. Entretanto, o avanço do processo de paz permanece às voltas com a falta de recursos. A consequência imediata é o atraso das etapas previamente determinadas nas conversações de Roma pois, segundo o calendário, as forças do governo e da Renamo — com o auxílio e vigília dos "capacetes azuis" já deveriam estar dentro do processo de desmobilização, desarmamento e acantonamento, e encaminhadas para integração em um novo exército. Tudo parece depender dos serviços administrativos das Nações Unidas, que ainda não aprovou o orçamento e nem liberou os fundos de ajuda. Devido a tudo isso, as carências se avolumam em decorrência da seca, da fome, das diversas doenças e de todas as destruições advindas da guerra civil.

O país continua perigosamente dividido em áreas controladas pelo governo e pela Renamo. A resolução desta questão também depende da chegada dos fundos e tropas geridas pela ONU e pelos países doadores, assim como a criação e avanço das várias comissões aprovadas nos acordos de paz. Diante desse quadro, o representante especial da ONU, Aldo Ajelo, defendeu o adiamento das eleições para junho de 1994. Sem dúvida, a desmobilização das partes conflitantes e a criação das novas Forças Armadas devem ser algumas das condições prévias para a mínima confiabilidade da paz e da democracia desejáveis para Moçambique. Afinal, as sombras do "fantasma angolano" perturbam o distante Camboja, e a geografia da transição moçambicana nos parece frágil e ainda fincada em terreno aberto aos ventos angolanos. (p. 9 a 11) EB

Bicesse "revisited"

PÚBLICO

Fernando Tavares de Carvalho

Angola parece de novo instalada na guerra. A UNITA controla militarmente três quartos do país, a região petrolífera do Soyo, os diamantes da Luanda, cujas receitas sustentam o esforço de guerra, e ocupa alguns centros populacionais importantes. Existe o sentimento difuso de que se voltou à estaca zero e a UNITA não parece muito disposta a voltar à mesa das negociações enquanto estiver convencida de que a sua causa não está perdida. O Governo de Luanda procura reunir forças que lhe permitam desalojar os rebeldes das zonas de interesse estratégico. Perante esta situação de impasse no terreno, que nem a recente reunião de Adis Abeba consegue disfarçar, analistas, comentadores e até políticos têm vindo a exprimir reservas crescentes aos Acordos de Bicesse e à sua viabilidade.

Uma das teses invocadas, com mais ou menos interesse ou convicção, é a de que África não está preparada para a democracia, vista como modelo ocidental importado sem correspondência na cultura e nas tradições e mentalidades de um continente em que o poder exclusivo e absoluto é regra. Consequência lógica desta tese seria a partilha do país de acordo com critérios de ordem étnica, solução que é do agrado dos brancos sul-africanos, confrontados no seu próprio país com uma difícil transição para uma regra de maioria negra.

Parece, no entanto, de toda a conveniência não deitar fora o bebé com a água do banho se se quiser equacionar correctamente a questão.

Os Acordos de Bicesse impuseram ao MPLA e ao Governo de Luanda, reconhecido por parte substancial da comunidade internacional e detentor do poder de facto, senão sobre a totalidade do território pelo menos sobre a esmagadora maioria da população, "que se submetesse ao veredicto das urnas dado que a

sua legitimidade era contestada de armas na mão por um partido, a UNITA, que fazia da realização de eleições livres e democráticas no país a principal razão de ser da sua luta. Em qualquer negociação, e designadamente no caso vertente, em que as posições estavam à partida muito extremadas, é indispensável partir do princípio de que as partes estão de boa fé. Tanto o MPLA como a UNITA se comprometeram a deixar governar quem saísse vitorioso da consulta popular. Esta supunha que fosse previamente acordado um cessar-fogo e que fossem lançadas as bases da formação do exército nacional único.

Os acordos assinados representaram a arte do possível quando se sabe, por exemplo, que a UNITA recusou fazer depender a realização das eleições da prévia verificação de que as forças armadas rivais tivessem sido efectivamente desmobilizadas ou que o MPLA resistiu à proposta de que o processo eleitoral fosse organizado, e não apenas acompanhado, pelas Nações Unidas.

Na ausência de garantias, não restou aos mediadores alternativa senão confiar na boa fé das partes para que o conteúdo dos acordos fosse efectivamente respeitado durante o período de transição. A sua assinatura tinha desencadeado uma dinâmica de paz e Portugal, como principal mediador, foi reconhecido pela Comunidade Internacional, e designadamente por Chester Crocker, antigo subsecretário de Estado americano para os Assuntos Africanos, no seu livro "High Noon in Southern Africa", co-

mo o elemento-chave de todo o processo. Todos concordaram em que mais valia um acordo que acordo nenhum. Era preciso dar uma oportunidade à paz porque a alternativa era a continuação da guerra.

O resto da história já todos conhecem. Nove em cada dez angolanos em idade de votar exerceram o seu direito, as eleições foram consideradas livres e justas por centenas de observadores das Nações Unidas espalhados pelos quatro cantos do país, mas o derrotado não ficou convencido ou não se quis convencer da sua nova condição. O que, aliás, não teria qualquer importância, não estivesse ele em situação de contestar pela força das armas o poder que as urnas lhe tinham negado.

Para que seja ainda possível retomar o processo de paz e proceder à realização da segunda volta das eleições presidenciais, é necessário partir do princípio de que em política, como no futebol, não se pode beneficiar o infractor.

As Nações Unidas, ultrapassadas as resistências dos britânicos, que viam no apoio à UNITA a melhor forma de virem a obter um papel predominante em Angola, parecem orientar-se decisivamente nesse sentido quando, na passada sexta-feira, aprovaram uma resolução que condena a UNITA em particular pelas persistentes violações dos Acordos de Paz. O reconhecimento do Governo de Luanda pelos Estados Unidos, que fontes bem informadas dão como próximo, contribuiria para isolar a UNITA diplomaticamente e fazer sentir a Savimbi que, se é sua intenção continuar a

guerra, já não poderá contar com os amigos de antigamente e ficará irremediavelmente só.

Houvesse vontade política, as Nações Unidas estariam em condições de reforçar o crescente isolamento internacional de Savimbi através de operações militares de alcance limitado que o convencessem a depor as armas mais cedo do que gostaria: a ocupação da zona diamantífera da Lunda por capacetes azuis da ONU privaria a UNITA da principal fonte de receitas com as quais paga a mercenários zairenses e adquire material de guerra através de firmas sul-africanas.

Uma hipotética segunda volta presidencial colocaria a mediação em posição favorável para, uma vez que as partes já mostraram não terem querido cumprir as regras a que se comprometeram, com os resultados que se sabem, fazer rodar a sua preparação das garantias que nem a UNITA nem o MPLA quiseram subscrever durante a fase de negociações. Data das eleições dependente da efectiva desmobilização das forças em presença, organização de todo o processo eleitoral pela ONU, imparcialidade da comunicação social sob controlo do Governo, designadamente da televisão estatal. Este conjunto de garantias suporia, como é óbvio, uma presença reforçada das Nações Unidas no país.

É provável que, caso o processo eleitoral venha a ser concluído, Savimbi não consiga sequer obter na segunda volta os quarenta por cento de votos que alcançou na primeira. E que muitos dos que nele votaram, mesmo da sua etnia, veem-no agora como o principal responsável pelo recomeço de uma guerra que chegaram a acreditar ser coisa do passado. Porque os ovimbundus, pese embora a Savimbi, assim como as restantes etnias, também se sentem angolanos. Responsáveis: a língua portuguesa e o futebol. Foi Luandino Vieira que o disse. ■

DIZ MONTEIRO: GOVERNO TEM SIDO PARCIAL NO CASO ANGOLANO — Manuel Monteiro afirmou ontem que o Governo português tem sido parcial no que respeita à questão angolana. Citado pela agência Lusa, o presidente do CDS disse que "Portugal, enquanto país interfectur, devia manter uma posição de total imparcialidade" face às partes envolvidas, o que, em sua opinião, "infelizmente não aconteceu" e que o Executivo "vem estado ao lado das posições do MPLA, em detrimento da UNITA". O líder centrista falava no final de um encontro que manteve com uma delegação da UNITA chefiada por Adelberto de Costa Júnior, o representante do movimento de Savimbi em Lisboa. Segundo Manuel Monteiro, o CDS tem mantido constante diálogo com a UNITA, "de forma a estar informado sobre o que se passa em Angola", e não há nenhum motivo para o seu partido "mudar a posição de apoio" ao movimento de Savimbi. Manuel Monteiro lembrou ainda a situação dos portugueses em Angola e, nesse domínio, pediu aos dirigentes da UNITA informações sobre João Duarte Bastião e Fernando Cabrita Palma, tendo-lhe sido dada a garantia de não estarem em poder dos homens de Savimbi.

TERÇA-FEIRA, 9 FEVEREIRO 1988

FTEL/JO

A estreia da "segunda UNITA"

António Matos
em Luanda

A "nova guerra" de Angola pode ter feito 50 mil mortos

O trunfo do Huambo

PÚBLICO

QUINTA-FEIRA, 10 FEVEREIRO 1992

António Matos, em Luanda

A disputa pelo Huambo intensificou-se nos últimos dois dias. Ali, admitem observadores na capital angolana, joga-se um importante trunfo para a próxima ronda negociada entre o Governo e a UNITA. O fracasso do primeiro encontro e o adiamento do segundo ensombream ainda mais o papel da ONU em Angola.

O primeiro-ministro angolano não hesitou ontem em considerar "uma catástrofe" a situação que se vive no Huambo. "Não há, nem é possível fazê-lo tão depressa, um balanço" das vítimas da nova guerra em Angola — disse Marcolino Moco, mas há entre os militares quem arrisque números da ordem dos 50 mil, desde a batalha de Luanda, entre os dias 31 de Outubro e 2 de Novembro de 1992.

Os combates na antiga Nova Lisboa são descritos, ainda pelos militares das Forças Armadas Angolanas (FAA), como "os mais encarniçados" que este país já conheceu em mais de 30 anos de guerra.

Na cidade do Huambo viviam, no início deste ano, segundo o Consulado-Geral de Portugal em Luanda, 40 a 50 portugueses. Famílias descendentes de portugueses, algumas dezenas. Entre os diplomatas na capital angolana teme-se que o balanço dos confrontos naquela província de etnia ovimbundu — a de Jonas Savimbi, líder da UNITA — venha a ser dramático.

Os rumores de perseguição e extermínio étnico-racial — risco para que o bispo do Huambo, Francisco Viti, advertia no início dos confrontos — crescem em Luanda.

Entre muitas famílias com residentes no Huambo instalou-se já o desespero, face aos relatos da imprensa oficial angolana. A dificuldade — quase impossibilidade — em comunicar para aquela cidade faz aumentar a ansiedade. A manchete do "jornal de Angola" voltou ontem a ser o Huambo ("Sob fogo intenso").

Num texto apocalíptico, noticiava-se a concentração de novas forças e meios militares da UNITA, na madrugada de segunda-feira, em redor da cidade. Antevia-se "uma nova ofensiva de grande envergadura contra posições das forças governamentais", tese que era ontem sustentada num comunicado distribuído aos jornalistas pelo Estado-Maior do Exército das FAA.

Na segunda-feira, dia 8, passaram 17 anos sobre a vitória do MPLA contra a UNITA no Huambo, cidade que em 1975 Jonas Savimbi chegara a declarar a capital de uma outra Angola. O texto do "Jornal de Angola" atribuía a esta coincidência um significado místico, escrevendo que "o objectivo [da UNITA] era tomar a cidade" na mesma data em que foi expulsada há 17 anos.

Da situação militar no resto do território as informações são ainda mais escassas, havendo do lado das FAA uma atenção especial na defesa do Kuito, capital da província do Bié, a outra importante cidade do Planalto Central.

Nos últimos dias, a imprensa oficial angolana tem referido com insistência um cerco àquela cidade pelas forças da oposição armada. Trata-se — admitem analistas políticos — de evitar o domínio absoluto de Savimbi nesta região — em que mais de 70 por cento dos eleitores escolheram a UNITA em 29 e 30 de Setembro —, o que podia precipitar a divisão do país.

Moco não comentou ontem duas das questões mais delicadas do início do seu consulado: a mobilização geral para a guerra dos angolanos com idades entre os 20 e os 35 anos e a vertiginosa des-

valorização da moeda nacional face ao dólar.

Já o ministro das Finanças, Salomão Xirimimbi, não se eximiu de comentar a mudança do câmbio oficial do novo kuanza face ao dólar de 550 para sete mil. "Não é uma desvalorização", clamou. Só que o reflexo desta medida nos preços provou o contrário: as viagens na TAAG, companhia aérea angolana, aumentaram mais de dez vezes. "O meu povo usa caminhar", diz o cantor Carlos Burity, e caminhar de avião ainda mais. Os aviões na segunda-feira já não tinham as bichas tipo autocarro da Carris e as certezas de Xirimimbi passaram a ser outras. É que não tinha autorizado a administração da TAAG a aumentar os preços. Voltou tudo à forma anterior e a apregoada reforma económica parece ter os dias contados.

É neste ambiente que a representante especial para Angola do secretário-geral da ONU vai tentar reeditar o encontro de Adis Abeba. Margaret Anstee regressou a Luanda na segunda-feira e está, desde então, a tentar um encontro com Jonas Savimbi, para relançar as negociações de paz, já que da parte do Governo diz obter "a maior abertura".

Onde terá de se deslocar Margaret Anstee para se avistar com Savimbi é que ninguém sabe. Poucos admitem, porém, que o líder da UNITA se mantenha no Huambo.

O insucesso da primeira ronda de conversações, há duas semanas, em Adis Abeba, e o adiamento "sine die" — por iniciativa da UNITA — de um novo encontro que estava marcado para hoje, ainda na capital etíope, tornou mais complexa se possível a missão de Anstee — e da ONU —, que chamou a si a mediação do conflito.

Mas, mais do que esse desafio pessoal da diplomata britânica, está em causa o papel futuro das Nações Unidas em Angola, que ontem o primeiro-ministro angolano qualificou de "laissez faire, laissez passer". ■

Abel Chivukuvuku, Carlos Morgado e outros 21 membros da UNITA vão ocupar os lugares vencidos pela oposição nas eleições de Setembro, enquanto o Governo reconhece que a situação em Huambo não podia ser mais grave e pede tréguas para sepultar os mortos.

Vinte e três dos 70 deputados eleitos pela UNITA nas eleições de 29 e 30 de Setembro deverão ser investidos nas suas funções na próxima segunda-feira, soube o PÚBLICO ontem em Luanda. Abel Chivukuvuku e Carlos Morgado contam-se entre os dirigentes da organização que ficaram na capital angolana "sob custódia" do Governo depois dos acontecimentos de 31 de Outubro e que agora irão ocupar os seus lugares na Assembleia Nacional.

Entre os deputados do partido de Savimbi que segunda-feira deverão comparecer no Palácio dos Congressos à sessão plenária do parlamento figuram ainda Vitorino Hossi, indicado pela direcção da UNITA para o cargo de ministro da Cultura, Rui Oliveira e Honório Van Dunen, este cabeça-de-lista por Luanda e um dos críticos mais radicais da orientação bebicista do seu partido.

Esta aparente vitória da maioria MPLA, que assim confere à Assembleia Nacional um maior peso institucional, ocorre numa altura em que a UNITA ganha vantagem nos combates do Huambo. Pelo menos a avaliar pelo tom da Imprensa oficial angolana, que ontem atribuía à oposição armada a responsabilidade pelo facto de "a cidade do Huambo estar quase reduzida a escombros".

Significativamente, um porta-voz governamental disse em Luanda que o Governo encarregou o Comité Internacional da Cruz Vermelha de pedir à UNITA uma trégua de cinco dias nos combates com o objectivo de permitir às organizações humanitárias sepultar cerca de dois mil mortos no Huambo.

O Governo reconheceu pouco antes, em comunicado, "que se agravou nas últimas horas a situação militar no país,

em especial na província do Huambo", denunciando a intervenção de "forças estrangeiras" e apelando à comunidade internacional para que pressione a direcção da UNITA para que regresses "a uma postura de partido político integrado na sociedade civil angolana".

[Um apelo à administração Clinton para que reconheça o Governo de Angola, de forma a ajudar a "nivelar o campo de batalha", foi ontem lançado, em editorial, pelo jornal norte-americano "New York Times" que considera "que é tempo de acabar com essa anomalia".]

Anstee não desespera

As possibilidades de um cessar-fogo são cada vez mais remotas, apesar dos esforços da representante especial de Butros Butros-Ghali para Angola, Margaret Anstee, que se encontrou ontem, ao princípio da manhã, com o Presidente da República José Eduardo dos Santos, com quem falou sobre as diligências em curso para reeditar o encontro UNITA-Governo, de Adis Abeba.

No fim do encontro, a diplomata britânica disse ter perdido o contacto com a direcção da UNITA, mas que encontrou "uma luz ao fundo do túnel" e que esperava novidades para breve. É que o representante da organização em Nova Iorque, Marcos Samondo, que esteve no encontro de há duas semanas na capital etíope, falara na véspera com um dos colaboradores de Anstee em Luanda, reiterando a disponibilidade da UNITA para o diálogo. Para quando uma nova ronda das negociações é que ninguém sabe.

José Eduardo dos Santos mostra-se entretanto disposto a intervir directamente na actividade do Governo para diminuir os riscos de uma revolta popular decorrentes da recente desvalorização da moeda angolana. Um dólar norte-americano passou de 550 para sete mil kuanzas.

Hoje mesmo, o chefe do Estado presidirá ao Conselho de Ministros por ele próprio convocado. O efeito mais imediato da desvalorização determinada por um leilão de divisas (ver PÚBLICO do dia 5) foi o aumento das tarifas domésticas da TAAG, a transportadora aérea angolana. Ante um coro de protestos, o ministro das Finanças, Salomão Xirimimbi, desautorizou a administração da empresa e ordenou que os preços se mantivessem nos níveis anteriores.

Mas se é possível intervir na definição dos preços e dos bens e serviços prestados por empresas públicas, o mesmo não se passa com a generalidade dos bens importados, que abastecem mais de 80 por cento do mercado. Pensando nisso e em alguns privilégios que eles próprios perdem com a desvalorização em mais de 1200 por cento, alguns empre-

sários e deputados constituíram-se em movimento contra aquela medida.

Entre eles contam-se Melo Xavier, eleito deputado pelo MPLA e um dos mais abastados empresários angolanos, com um império que muitos admitem só ter sido possível pela convivência próxima com o poder. Explicando ao PÚBLICO as suas razões, Xavier disse estar "de acordo com a desvalorização, mas há que evitar custos políticos". ■

PÚBLICO

SEXTA-FEIRA, 12 FEVEREIRO 1992

UNITA ocupa aeroporto do Huambo

FORÇAS da UNITA ocuparam ontem o aeroporto e o quartel-general da polícia em Huambo, anunciou a Vorgan, a rádio oficial da oposição armada angolana, que emite a partir da Jamba.

A emissora rebelde, captada em Luanda, noticiou que o ataque ao aeroporto, onde se encontravam soldados da Força Aérea governamental, ocorreu às 4h00, mas não precisou se os homens de Jonas Savimbi tomaram igualmente o controlo da cidade.

Segunda maior cidade de Angola, com 800 mil habitantes, Huambo está privada de água potável e víveres e praticamente reduzida a escombros depois de 32 dias de combates.

A Vorgan transmitiu ainda declarações do general António Sebastião Dembo, vice-presidente do partido, à emissora britânica BBC, segundo as quais a UNITA tenciona "tomar medidas" em relação à província petrolífera de Cabinda, onde "estão os dólares do Governo". A rádio oficial de Angola retransmitiu as declarações.

A violência e as suas consequências atingiram tais níveis que a representante especial do secretário-geral da ONU, Margaret Anstee, lançou ontem um apelo ao Presidente José Eduardo dos Santos e ao líder da UNITA, Jonas Savimbi, para que decretem uma trégua na luta, particularmente na cidade de Huambo, para permitir a intervenção das organizações humanitárias.

Em Nova Iorque, o porta-voz do secretário-geral da ONU, Joe Sills, disse que "milhares de pessoas que ficaram feridas não dispõem de cuidados médicos indispensáveis" em Huambo, onde falta água e comida. "Uma trégua é vital para permitir que a ajuda possa chegar à população civil", disse Sills.

Guerra, fome e mistério em Angola³

PÚBLICO

SEXTA-FEIRA, 12 FEVEREIRO 1992

António Matos,
em Luanda

Os combates no Huambo provocaram já milhares de mortos e o Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) adverte para os riscos sanitários que podem resultar se não for posto em prática um plano urgente de ajuda humanitária.

O Governo angolano pediu os bons ofícios desta instituição no sentido de uma trégua de cinco dias naquela província, mas o delegado do CICV em Angola, Vincent Nicod, disse ao PÚBLICO que, "com ou sem tréguas, é preciso encontrar uma forma de prestar ajuda à população de Huambo e de outras províncias onde os combates prosseguem".

O delegado da Cruz Vermelha precisou que uma eventual intervenção humanitária naquela que já foi a segunda cidade do país servirá para "retirar do cenário da guerra os idosos, mulheres e crianças, enterrar os mortos, prestar cuidados médicos aos feridos e prestar ajuda alimentar".

Em Huambo, a situação agrava-se a cada dia que passa, já que a capital do Planalto Central se tornou no símbolo desta guerra. É a mais importante cidade da região ovimbundu, a etnia de Jonas Savimbi. Uma fonte militar do Governo admitia ontem ao PÚBLICO que a sua queda nas mãos da UNITA seria um rude golpe no moral das tropas governamentais.

O que parece evidente nesta altura é que o exército de Jonas Savimbi está em vantagem naquela cidade. O tom dos comunicados das Forças Armadas Angolanas (FAA) é cada vez mais dramático: "Diariamente dezenas de pessoas morrem (...) É incrível o que se passa hoje na cidade do Huambo. Muitas cacimbas [poços de água] transformaram-se em covas para sepultar os mortos" — lia-se numa folha manuscrita, assinada pelo porta-voz das FAA, ontem distribuída aos jornalistas na capital angolana.

Fome ameaça um milhão

Mais de um milhão de angolanos, ou seja, mais de um décimo da população do país, enfrenta já situações de fome, de acordo com uma estimativa do Programa Alimentar Mundial da ONU. O responsável por este programa, Philip Borel, diz que as populações mais atingidas neste momento são as do interior do país, nomeadamente das províncias do Moxico, do Huambo, do Bié e do Cuando-Cubango, onde os combates

duram há mais de um mês.

Na capital angolana teme-se já uma escassez de bens alimentares. As importações são a principal fonte de abastecimento e a recente desvalorização em mais de mil por cento do kuanza começou já a provocar um aumento dos preços, sem qualquer ajustamento salarial. O Presidente José Eduardo dos Santos adiou um Conselho de Ministros que convocara para ontem, em que seriam reanalisadas as recentes medidas económicas.

O adiamento da reunião deveu-se ao prosseguimento, hoje, dos trabalhos do Conselho de Defesa Nacional, igualmente presidido pelo Presidente da República.

A situação militar no território e o impasse nas conversações de paz são os temas desta reunião. Ao mesmo tempo, a representante especial do secretário-geral da ONU, Margareth Anstee, continua à espera que a UNITA indique uma data para a nova ronda negociada, em Adis Abeba, capital da Etiópia.

O facto de o interlocutor de Anstee ser agora Jaka Jamba e não Eugénio Manuvakola, que chefiou a primeira delegação, desencadeou uma onda de especulações sobre o paradeiro do secretário-geral da UNITA. Repetidamente, a direcção do partido de Savimbi disse desconhecer o paradeiro da delegação que se deslocou a Adis Abeba, mas depois disso já Marcos Samondo — representante da UNITA em Nova Iorque que também esteve na capital etíope — falou com os colaboradores de Anstee.

A questão do paradeiro de Manuvakola surge na primeira página do "Jornal de Angola", edição de ontem, conjugada com o desaparecimento de sua mulher, Bela Malaquias, jornalista da Vorgan, a rádio da UNITA. Bela, irmão do dissidente da UNITA e membro do Fórum Democrático, Assis Malaquias, foi vista pela última vez em Luanda, em Maio de 1992, e desde então a Amnistia Internacional e o Comité de Protecção aos Jornalistas, com sede em Nova Iorque, têm interpellado a direcção da UNITA sobre o seu paradeiro.

Citando fontes do Fórum Democrático, o "Jornal de Angola" admite mesmo a possibilidade de Bela Malaquias ter sido "queimada viva na Jamba", vítima de mais um processo de bruxaria. Para o jornal oficial angolano, a hipotética morte da jornalista e das três filhas do casal teria provocado uma discussão entre Manuvakola e Savimbi, que levou este a ordenar a prisão do general e secretário-geral da UNITA na Jamba. ■

«A UNITA é responsável pela guerra em Angola»

«SE a UNITA quer a guerra que o diga, e agiremos em consequência», afirma em entrevista ao EXPRESSO António Monteiro, representante de Portugal na «troika» de observadores do processo de paz angolano. O diplomata diz que a organização de Savimbi «não pode continuar a dizer que quer a paz e que os acordos de Bicesse continuam válidos enquanto o cessar-fogo é descaradamente violado mil vezes por dia». Para o representante português, a UNITA é a principal responsável pelo reacender da guerra que se verificou em Angola.

EXPRESSO — Os acordos de Bicesse ainda estão em vigor?

ANTÓNIO MONTEIRO — Nós, os observadores, estamos a tentar salvá-los. As instruções que temos dos nossos governos vão no sentido de serem dadas à UNITA e a Savimbi todas as garantias de segurança para voltarem a trabalhar no quadro dos acordos. Consideramos fundamental, na presente fase, que a direcção da UNITA possa voltar em breve a Luanda.

EXP. — Os observadores têm sido

acusados de «legitimar» a UNITA, ao sentarem-se em Adis Abeba com os que estão a fazer a guerra.

A. M. — Os observadores consideram a UNITA responsável pelo reacender e pelo arrastamento da guerra, ao não aceitar os resultados das eleições. A UNITA voltou ontem [quinta-feira] a dizer que estava disposta a ir a Adis Abeba, mas disse também que ainda não pode ser marcada uma data. Para nós, não há dúvidas. As FALA (forças armadas da UNITA) são ilegais desde 27/09/92, e os únicos generais são os das FAA. A UNITA é o maior partido da oposição. Enquanto estiver disposta a cumprir os acordos, é importante e indispensável, não só para a paz como para a democracia em Angola. Foi esta uma das razões pelas quais o Governo de Lisboa rejeitou o pedido de encerrar a delegação da UNITA. Mas quando estas delegações passam a divulgar exclusivamente comunicados de uma organização ilegal [as FALA], a situação merece nova pondera-



ção. É a UNITA que deve responder: as delegações são do partido ou das FALA?

EXP. — Até quando vão esperar resposta?

A. M. — Não muito tempo. O representante dos EUA deixou claro que está pronto a ir a Adis Abeba a qualquer momento. Caso contrário, haverá outro comunicado da «troika», com elementos novos no que diz respeito à posição americana.

EXP. — Apoiam o apelo à abertura de um corredor humanitário para o Huambo?

A. M. — Obviamente que apoiamos. Foi o Governo que pediu tréguas para que a Cruz Vermelha ou outras organizações possam socorrer feridos e civis e enterrar mortos. Temos conhecimento de que há inúmeros feridos sem assistência de qualquer espécie, e que a cidade está totalmente destruída, havendo pilhagens, incêndios e nenhuma autoridade nem controlo. Não podemos cruzar os braços perante a chacina.

Ministro angolano da Justiça ao EXPRESSO

EXPRESSO, SÁBADO 13 DE FEVEREIRO DE 1992

«O país pode regressar ao monopartidarismo»

O ACTUAL ministro da Justiça de Angola, Paulo Tchিপilica, foi quadro da UNITA, companheiro de Tito Chingungi, Wilson dos Santos e Jeremias Chitunda nos Estados Unidos. Entrevistado pelo EXPRESSO em Lisboa, explicou os motivos pelos quais rompeu com Jonas Savimbi e aceitou um cargo no Governo formado após as eleições de Setembro de 1992.

As suas declarações foram recolhidas antes do anúncio da decisão tomada por 24 dos deputados eleitos pela UNITA de ocupar os respectivos assentos na Assembleia, mas contém algumas

«pistas» para entender a situação dos militantes «sob custódia» e o mal-estar dos quadros. Tchípilica pensa que, «em democracia, é a oposição que dirige o processo» e recia que a guerra só conduza a um novo regime de «partido único», seja quem for o vencedor.

EXPRESSO — Há justiça em Angola?

PAULO TCHIPILICA — É sempre difícil haver justiça num país em guerra. A própria guerra é uma injustiça. Os angolanos que acreditam na paz e na democracia sentem-se traídos. Mas, para nós, é um motivo suplementar para fazer todo o possível para que a administração da Justiça funcione de facto em todos os lugares actualmente sob a jurisdição do Estado.

EXP. — Numa guerra civil é sempre difícil distinguir juridicamente entre actos de guerra e delitos comuns...

P.T. — A morte de civis desarmados, a pilhagem e o vandalismo são crimes juridicamente bem tipificados. É contudo necessário ter em conta as circunstâncias.

EXP. — É só a UNITA que está a cometer crimes?

P.T. — Quero, em primeiro lugar, estabelecer uma distinção entre a UNITA como

partido — os seus militantes e eleitores que acreditaram na democracia — e o seu braço armado (as FALA) que fazem a guerra. Este último é duplamente ilegal porque as FALA e as FAPLA foram extintas em 27 de Setembro de 1992 e porque começou a intervir militarmente depois de um acto eleitoral que foi considerado justo e livre.

EXP. — O Dr. Savimbi também diz que não luta contra o povo, mas somente contra as FAPLA e os «duros» do MPLA.

P.T. — Angola tem agora um Governo de Unidade Nacional, com membros de todas as

frontos em Luanda foram antecidos de actos provocatórios — destruição de um paiol, atentados, assaltos — que geraram um ambiente de pânico e intolerância.

EXP. — A UNITA fala em assassinios e limpeza étnica.

P.T. — Os combates provocaram uma onda de violência, um movimento de vingança que se generalizou. O mesmo aconteceu nas zonas controladas pela UNITA. No Huambo, por exemplo, foram mortas ou desapareceram muitas pessoas que não eram simpatizantes do Dr. Savimbi.

EXP. — A Dra. Fátima Roque foi libertada, mas as outras pessoas continuam privadas de liberdade passados quatro meses...

P.T. — No Hotel Trópico, que visitei a semana passada, estão 93 pessoas, na maioria mulheres, jovens e crianças. Disseram-me que estavam bem e que até tinham água, o que não acontecia então na maior parte da cidade, devido à sabotagem na zona de Kifandongo. Seria bom que a família da UNITA se reunisse, que os seus membros voltassem a ocupar os lugares que lhes cabem nas Forças Armadas e que os seus deputados eleitos se sentassem no Parlamento. Compreendo que se sintam obrigados a agir com lealdade em relação

ao líder e sugeri que escrevam uma carta ao Dr. Savimbi para perguntar o que devem fazer. O povo começa a dizer que estava melhor com o MPLA sozinho no poder e a guerrilha longe das cidades. Isto é muito mau para a democracia, pois a guerra pode fazer o país regressar a um regime de monopartidarismo.

EXP. — Foi membro da UNITA?

P.T. — Até Dezembro de 1991. Antes, estive com o Dr. Savimbi nos EUA. Estive várias vezes na Jamba, a última em Março de 1991, para assistir ao VII Congresso. Participei na reunião de 1979, em que relançámos o

ENTREVISTA

Nicole Gardiola

forças políticas representativas. As pastas destinadas à UNITA não foram preenchidas até hoje. Este Executivo tem legitimidade para reagir, em defesa das populações e das instituições democráticas.

EXP. — Defende a ilegalização da UNITA?

P.T. — As FALA são ilegais e o Dr. Savimbi colocou-se à margem da legalidade, quando, em Janeiro, anunciou que voltara a envergar a farda de general. O Governo não quer destruir a UNITA e nós, os partidos da oposição, achamos que uma oposição forte é fundamental em democracia e, em Angola, esta oposição está, maioritariamente, na UNITA.

EXP. — Os militantes da UNITA «sob custódia» em Luanda estão presos sem culpa formada...

P.T. — «Sob custódia» faz pensar em cárcere privado. Prefiro falar em pessoas sob protecção. Acho que o Governo agiu com bom senso: é uma situação anómala, mas foi um mal menor. Os con-



programa da UNITA e fui o seu primeiro representante em Portugal. Escolhemos então para dirigir a delegação duas pessoas que hoje estão em desacordo com a posição actual do Dr. Savimbi: Tony da Costa Fernandes, hoje dirigente da Tendência de Reflexão Democrática, em que milito, e Honório Van Dunem, que foi embaixador da UNITA de 1979 até 1993. Ainda em Dezembro de 1991, participei numa conferência realizada de 4 a 8.

EXP. — Havia justiça na Jamba?

P.T. — Havia normas, que eram respeitadas. Mas também aconteceram violações dos

direitos humanos que nos levaram a arrear caminho em relação ao Dr. Savimbi, quando fomos confrontados com provas ineludíveis de que mandara executar Wilson dos Santos e Tito Chingungi.

EXP. — A UNITA disse que eram agentes da CIA e Savimbi nega ter ordenado a sua morte.

P.T. — O único «crime» de Tito Chingungi foi o prestígio que alcançara junto da comunidade negra norte-americana, que inicialmente não queria nada com a UNITA porque a relacionava com a África do Sul, com o «apartheid»

e com o Congresso dos EUA. Os americanos viam em Chingungi um homem que conheciam bem, dialogante, um diplomata nato, um «delfim» capaz de dar continuidade à obra do Savimbi.

EXP. — Deixou-se convencer pelos «disidentes»?

P.T. — Quando Tony da Costa Fernandes e Miguel Nzau Puna saíram, eu e outros quadros elaborámos um manifesto em que pedíamos a realização de um Congresso. Queríamos que a Direcção da UNITA assumisse pública e solenemente que as eliminações físicas pertenciam ao passado e não voltariam a acontecer.

EXP. — Qual foi a resposta?

P.T. — Savimbi telefonou-me, em Maio de 1992, do Huambo. «Esse vosso congresso não se realizará jamais», disse. E acrescentou: «Tu, Tchípilica, que pertences à estirpe e à tribo Umbundu, estás a traír o nosso povo para seguir os cabindas». Respondi que o regionalismo e o tribalismo eram problemas que tinha ultrapassado há muito e que não admitia que um dirigente que sempre considerei um democrata me viesse falar nessas falsas questões.

EXP. — Diz-se que o Dr. Savimbi desconfiava dos «intelectuais»...

P.T. — Numa guerrilha, os quadros estão sujeitos a uma disciplina militar. Quando regresssei a Angola, em Outubro de 1991, vindo dos EUA, chamei a atenção do Dr. Savimbi para os problemas da reconversão destes quadros em dirigentes civis, para as dificuldades de reinserção, de adaptação à vida das cidades por parte dos militantes que tinham vivido muitos anos nas matas. Disse ao Dr. Savimbi que deveria formar uma equipa de sociólogos, psicólogos, estar atento à psicologia das multidões.

EXP. — Acha que a UNITA não se adaptou?

P.T. — O próprio Savimbi não se adaptou. Manteve a Jamba como uma coutada impenetrável, onde voltava a qualquer pretexto. Não fez uma análise realista da situação e subestimou sempre os seus quadros.

EXP. — Acha que se enganou em relação ao Dr. Savimbi?

P.T. — Fred Briedsland, autor da biografia Savimbi, uma chave para África, disse há dias que ele deixou de ser «uma esperança para se tornar um pesadelo, um facínora e um tirano». É triste ver um homem que conseguira ser uma das grandes figuras políticas do último quarto do século destruir o capital de prestígio acumulado em 30 anos de luta. Se parar e reflectir, talvez consiga reconciliar-se consigo mesmo e com a família da

UNITA, bastante estilhaçada neste momento.

EXP. — Como ministro da Justiça, era capaz de propor uma amnistia, se se voltasse aos acordos de paz?

P.T. — Há muitos ressentimentos de parte a parte, mas estou convencido que o povo angolano está ainda disposto a perdoar em troca da paz. Por isso, insistimos em que se deve continuar a dialogar.

Portugueses evacuados do Soyo querem voltar a Angola

Prisioneiros muito VIP's

Luís Pedro Nunes

Nem reféns, nem prisioneiros. Os portugueses que ontem chegaram ao aeroporto da Portela, após o périplo Soyo-Uije-Libreville-Bruxelas-Lisboa, que durou três semanas, foram sim «retirados», «evacuados» por «questões de segurança» das instalações petrolíferas do Norte de Angola. A UNITA acabou de ocupar a zona e um contra-ataque governamental estava iminente. «Tivemos um tratamento VIP.» Dúvidas? Armando Cerejo, médico da Fina Petróleos, já na companhia da mulher, mostra um relógio, novo e dourado, que traz no pulso. É a prova.

«Este relógio é igual ao que o dr. Savimbi e as altas patentes da UNITA usam. Quando puderem, há-de reparar...» Conta o médico que tinha outro, com grande valor de estimação, que «desapareceu». «Pois o brigadeiro Apolo fez 34 quilómetros só

para ir buscar este relógio para me oferecer. Trabalha impecavelmente».

Foi já no final da operação de evacuação por helicóptero, para uma plataforma petrolífera da Fina, a 18 de Janeiro, que os homens de Savimbi tomaram o Soyo e o Campo Oito. «Tinham prometido interromper a exploração de petróleo e de diamantes e cumpriram».

A evacuação tinha acelerado porque as tropas governamentais já tinham fugido, deixando tudo para trás. A UNITA entrou por ali, «nas calmas». No terreno ficavam 21 estrangeiros, entre os quais 14 portugueses. Prisioneiros, supunha-se.

Ontem, 11 deles (os outros três seguiram directamente para o Porto) coincidiam ao dizer que foram «retirados dali porque a UNITA sabia que ia haver um ataque». Nunca se sentiram reféns, garantem. «Alguma vez eles nos tentaram trocar por alguém?». E segundo relatam, o ataque sucedeu, de facto.

Foram então levados para a primeira etapa, Sumba, a 30 quilómetros do Soyo, sempre nas viaturas da Fina. «No início, com o pânico, ainda pensámos em fugir, mas era muito difícil»,

relatou um dos portugueses.

Mas, segundo contam, os reféns foram-se desvanecendo. O objectivo era chegar ao Uíge, ao aeroporto. O caminho era «todo deles», da UNITA. «Controlam tudo». Não depararam nem com soldados governamentais, nem com zairenses, nem tão pouco com mercenários. «Vimos população a aplaudir, mas porquê também não sei», diz Armando Cerejo. «Os únicos inimigos eram os mosquitos, a mosca do sono e as diarreias, por tomarmos banho naquelas águas sujas.» Não passaram fome e estiveram sempre informados. «Davam-nos pilhas para os nossos rádios».

Se outros dos portugueses foram cautelosos nas palavras — «certas coisas não são para andar para aí a dizer» — já o mé-

dico da Fina Angola mostrou-se impressionado com a organização da UNITA. Afinal, e mesmo com muitos anos de Angola, este foi para muitos o primeiro contacto directo com os homens de Savimbi. Impressionado pelo material de guerra, pela disciplina e motivação. «Eles estão altamente motivados, falam ainda muito das mortes do Salupeto [Pena] e do [Jeremias] Chitunda [dirigentes da UNITA mortos em Luanda] e dizem que estão determinados a morrer se for preciso. Se eu estivesse do outro lado também tinha medo da UNITA».

E afinal, o perigo veio «do outro lado», das tropas governa-

mentais. Primeiro ainda no Soyo e repetiu-se no Uíge com o ataque de aviões MiG, quando os estrangeiros já haviam sido entregues ao Comité Internacional da Cruz Vermelha, na presença do general Dembo, o vice-presidente da UNITA.

Primeiro ouviu-se o barulho dos jactos. «Pensámos que eram aviões de reconhecimento». Mas depois os caças começaram a baixar e acabaram por

fazer dois mortos, segundo contam. A cautela, talvez, garantem que não podem dizer se foram MiGs do Governo. «Não vimos nenhum sinal que identificasse os aviões, apenas que estavam a vomitar metralha por todo o lado. Foi tudo muito rápido e o que queríamos era protegermo-nos».

São declarações cuidadosas. Todos dizem que querem voltar a Angola, «assim que a companhia quiser». Armando Cerejo, contudo, coloca a paz como condição essencial. Está preocupado com os doentes que lá deixou, no posto médico, nomeadamente «um miúdo com meningite e outro de 15 anos todo queimado». Os enfermeiros do posto, muito melhor equipados que o hospital do Estado, «têm capacidade para tomar conta deles». Mas os medicamentos «não vão durar muito». Desconhece que tenha havido pilhagens; já os medicamentos da UNITA, constatou depois, não eram os dos Campo Oito, e também não sabe o estado em que ficaram as instalações petrolíferas. Companheiros seus afirmaram que nenhuma das instalações de bombagem ou centros de armazenagem petrolíferos foram destruídos na sequência do ataque. Outro dos portugueses, Joaquim Neves, garante que em «um ou dois meses fica tudo operacional».

Depois, e finalmente, foram os abraços aos familiares — «Só me faltava este capítulo na minha vida» — e aos amigos que já tinham conseguido ser evacuados do Campo Oito e que os esperavam em Lisboa — «Porque é que não quiseste vir comigo, pé?» «Volto com a paz», dizia Armando Cerejo. «Ah, e se a minha mulher deixar.» ■

Batalha do Huambo pode alastrar para o litoral

PÚBLICO

SÁBADO, 19 FEVEREIRO 1992

António Matos, em Luanda

A UNITA poderá já ter alcançado o controlo militar da cidade do Huambo, depois de tomar o aeroporto da cidade e o quartel das Forças Armadas Angolanas. Estas informações, não confirmadas oficialmente em Luanda, eram ontem repetidas nos noticiários da Vorgan, a rádio da oposição armada, que continua a emitir a partir da Jamba, no extremo sudoeste do território, utilizando os emissores da Voz América.

Embora prossigam os combates, 33 dias depois do seu início, a batalha do Huambo parece ter já um vencedor. Depois do ascendente inicial das forças governamentais, que, no dia 9 de Janeiro, controlavam os pontos vitais da cidade, tendo arrasado inclusive a residência de Savimbi com o recurso a meios aéreos, as forças da UNITA parecem ter conseguido nos últimos dias um "volte-face".

O exército governamental enfrenta sérias dificuldades logísticas no terreno e o domínio da situação pela UNITA parece confirmar informações recentes de que uma bateria de tanques e canhões de longo alcance teria sido destruída pelas FALA (exército de Savimbi). Também segundo a Vorgan, a UNITA recusou a proposta da ONU de uma trégua humanitária no Huambo, argumentando que tal permitiria ao Governo "reabastecer as suas tropas". E a rádio, citando Jonas Savimbi, prometeu a conquista total da cidade "nos próximos dias".

A situação geral no Huambo, com milhares de mortos e feridos, sem água, luz e medicamentos, parece ser catastrófica. Duas equipas dos "Médicos sem Fronteiras" abandonaram ontem o Cubal e a Ganda, duas vilas na estrada Huambo-Benguela, depois de terem sido avisados tanto pelas forças governamentais como pela UNITA de que deviam retirar-se. Este aviso é interpretado como o sinal de combates iminentes nesta região.

No último fim-de-semana de Janeiro, as Forças Armadas Angolanas (FAA) deslocaram para a capital do Planalto Central uma coluna que, a fazer fé nas informações oficiais, deu um novo fôlego à ofensiva governamental contra a cidade onde Savimbi instalara, nos úl-

timos 18 meses, o seu quartel-general. Seria depois disso proclamada a conquista do comando operacional da UNITA, que alegadamente teria a sua sede no palácio episcopal, e a detenção de mercenários sul-africanos e zairenses, que o Governo garante estarem a lutar ao lado das FALA.

Após o encontro bilateral de Adis Abeba, entre 28 e 30 de Janeiro, a situação evoluiu favoravelmente à UNITA. Na sua edição de ontem, o oficioso "Jornal de Angola" punha em manchete um "SOS para o Huambo" e descrevia, citando fontes militares, como era "crítica" a situação militar naquela cidade. Os arredores do palácio governamental e as instalações da pré-Academia Militar, principal quartel das forças armadas governamentais, eram apontados como palcos de "encarniçados combates".

A UNITA acabaria, aparentemente, por sair vencedora nestes dois pontos vitais da luta pela supremacia na cidade — passando ainda a controlar o aeroporto.

Esta situação não foi, porém reconhecida pelo Governo, que, através do porta-voz das FAA, insistia em afirmar a "resistência às ofensivas da UNITA". O brigadeiro José Manuel "Jota" diria que "as tropas de Savimbi foram reforçadas nos últimos dias com 15 a 20 mil efectivos e carros blindados de tipo Casper, de fabrico sul-africano e tripulados por mercenários sul-africanos".

A imprensa oficial queixava-se ainda da "tímida condenação internacional" da acção da UNITA, "que tem um objectivo imediato e publicamente anunciado: reduzir Angola a pó".

Mas a luta pelo domínio do Huambo é cada vez mais tida como a busca de um trunfo para as negociações de paz iniciadas há quinze dias em Adis Abeba. Citando declarações de um alegado prisioneiro da UNITA no Huambo, o "Jornal de Angola" diz haver uma ordem de Jonas Savimbi no sentido do Huambo ser tomado "o mais depressa possível", para, a partir

daí, poder estabelecer o contacto com a representante especial de Butros-Ghali para Angola, Margaret Anstee.

O comunicado pessoal de Savimbi, datado de 5 de Fevereiro e que anunciava o adiamento do segundo encontro

de Adis Abeba, terminava dizendo: "Buscamos a paz quando esta for uma conquista recíproca [...] e iremos provar que dispomos da força."

Nos círculos diplomáticos de Luanda reina, aliás, a convicção de que a direcção da UNITA estará disponível para retomar as negociações de paz com o Governo tão depressa conquiste a cidade do Huambo. Recordar-se, a propósito, que foi na fase fi-

nal das negociações de Lisboa que se travou uma das mais longas batalhas da guerra entre o MPLA e a UNITA — a batalha de 45 dias na Luena, capital da província do Moxico, entre Abril e Maio de 1991.

Ontem, depois de alguns dias de silêncio, o negociador da UNITA Jaka Jamba, esteve em contacto directo com Margaret Anstee, a quem reafirmou as dificuldades logísticas do seu partido em voltar à capital etíope. Jamba referiu-se, nomeadamente, ao receio manifestado pelos pilotos de viajarem sobre áreas dominadas pela UNITA, depois de uma aeronave da Cruz Vermelha Internacional ter sido atingida na província do Huambo. Jaka Jamba assegurava, segundo o porta-voz da Unavem II (Missão das Nações Unidas em Angola), que, logo que possível, a delegação da UNITA regressará ao diálogo pela paz.

As mesmas limitações logísticas têm sido invocadas pela UNITA para justificar a ausência de contacto com os elementos da delegação que esteve em Adis Abeba há duas semanas, o que suscitou especulações. O general Eugénio Manuvakola, secretário-geral da UNITA e chefe daquela delegação, foi dado pela imprensa oficial angolana como tendo sido preso na Jamba, depois de, alegadamente, ter discutido com Jonas Savimbi a propósito do destino dado à sua mulher e às suas três filhas.

Bela Malaquias, jornalista da Vorgan, deixou de ser vista em Luanda no mês de Maio de 1992 e fontes na capital angolana, citadas pela agência Lusa, admitiram a possibilidade de ter sido "queimada viva, vítima de mais um processo de bruxaria". Na quinta-feira à noite, porém, a Vorgan pôs no ar uma alegada entrevista a Bela Malaquias, que se limitava

a dizer: "O facto de eu estar a falar desmente tudo isso."

Citando fontes do Departamento de Estado norte-americano, o "Jornal de Angola" de ontem admitia que a delegação de Adis Abeba se encontra em Kinshasa. Os dirigentes da UNITA terão viajado para a capital zairense, apesar da situação tensa que na altura lá se vivia e na sequência da qual o embaixador francês foi assassinado.

Uma fonte do escritório de representação dos Estados Unidos em Luanda disse ontem ao PÚBLICO não ter conhecimento dessa situação. Sobre a situação militar no Huambo, a mesma fonte afirmou saber que "o aeroporto e outros pontos vitais da cidade estão sobre o controle da UNITA", o que permite "antever dificuldades para o sucesso da ofensiva governamental".

O PÚBLICO apurou, entretanto, que a representante de Butros-Ghali esteve, na quinta-feira à noite, com os chefes de todas as agências da ONU em Angola, a quem comunicou a iminência da conquista do Huambo pela UNITA. ■

Meia Angola e força

PÚBLICO

SÁBADO, 13 FEVEREIRO 1993

OS SINAIS de que a cidade de Huambo estará prestes a cair sob controlo da oposição armada angolana reacendem as perplexidades sobre o futuro de um país onde a disputa pelo poder continua a ser feita pelas armas e se confunde com as rivalidades étnicas. A demonstração de força da UNITA reacendeu ainda o espectro da divisão do país.

Depois de Huambo, admitia ontem um empresário português com casa montada em Benguela, teme-se agora que esta cidade costeira seja o próximo palco de uma guerra que tem sido mais destruidora e mortífera do que a que assolou o país em 1975.

Se perder uma batalha nunca significou perder uma guerra, para as embrionárias Forças Armadas Angolanas (FAA) perder a batalha de Huambo não é moralizador — reconhece um general deste exército. Nomeadamente numa altura em que o Governo se prepara para decretar a mobilização geral dos angolanos com idades entre os 20 e os 35 anos.

Esta decisão, de resto, não tem sido bem acolhida entre a população jovem de Luanda. Sobre o assunto, a Rádio Luanda emitiu ontem à tarde uma longa entrevista com um jovem não identificado: "Caso muita gente que manda neste país e que mandou os filhos estudarem para Portugal e outros países os traga de volta para o serviço militar, eu vou. Senão, vou fugir."

Pelo caminho, estimam fontes das FAA, terão ficado já mais de 50 mil mortos, entre militares e civis. A guerra ameaça arrastar Angola — um país onde morrem 419 crianças por dia, a maior taxa de mortalidade infantil em todo o mundo — para a indiferença internacional. Os esforços de paz das Nações Unidas — organismo que reserva para 30 de Abril uma decisão definitiva sobre a sua permanência no território — e dos países mediadores da aplicação dos Acordos de Bicesse (Portugal, Rússia e Estados Unidos), são impotentes para conter uma guerra que começa a traçar fronteiras nítidas entre o território da UNITA e o governamental.

Na sua última edição, o semanário oficial angolano "Correio da Semana" atribuiu ao sul-africano Sean Cleary, que identificava como conselheiro de Savimbi para os Assuntos Estratégicos, um plano para a divisão longitudinal do país (ver mapa) que contraria a tradicional tese da divisão Norte-Sul, com referência na linha de caminho-de-fero de Benguela. De acordo com esse jornal, a Angola de Savimbi englobaria as províncias das Lundas (Norte e Sul), Moxico, Huambo, Bié e Kuando Kubango — onde começa a ser nítido o domínio da UNITA.

Para a elaboração deste cenário, parece evidente o recurso à dicotomia petróleo-diamantes. Se o MPLA continuaria a controlar as regiões petrolíferas do Norte, a UNITA passaria a dispor dos dia-

mantas do Nordeste. Mas fontes diplomáticas em Luanda atribuíram pouco significado a esta tese, já que a "Angola de Leste" não teria qualquer saída para o mar. Os diplomatas consideram ainda mais significativo o facto de tanto o discurso da UNITA como o do Governo continuarem a insistir na defesa da integridade territorial do país.

Visando ou não a divisão do país, admite-se nos mesmos círculos que, caso venha a controlar o Huambo, as forças da UNITA lançarão uma ofensiva no Kuito, capital da província do Bié, e na província da Benguela, designadamente para controlar a cidade portuária do Lobito. Mas se o objectivo e o terreno natural da UNITA são o Centro-Sul do território, como se explicam as acções — até aqui bem sucedidas — no Norte do país?

As respostas obtidas pelo PÚBLICO na capital angolana são variadas. Alguns observadores consideram essa realidade reveladora de que não está em causa uma partilha do território. Outros, porém, admitem que as acções militares no Norte — Uíje, Zaire (região petrolífera do Soyo), Kuanza Norte, Bengo (Caxito, a 50 quilómetros de Luanda) — sejam manobras de diversão para impedir a concentração das forças governamentais num único objectivo, reduzindo-lhes, assim, as possibilidades de êxito.

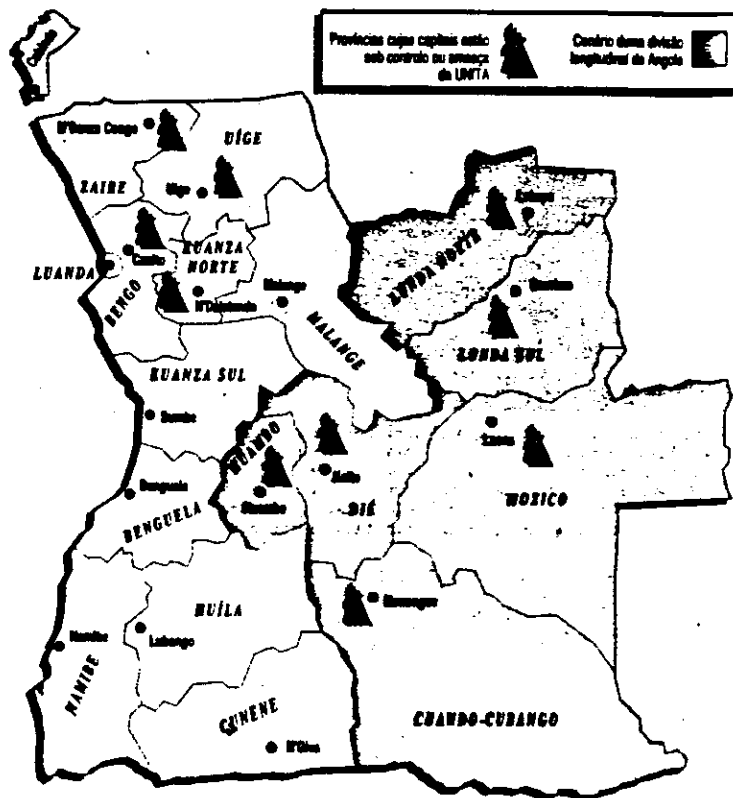
Sejam quais forem as motivações de Jonas Savimbi, numa coisa as opiniões começam a convergir: a vantagem militar da UNITA

no Planalto Central e a dispersão das suas forças no território obrigam o Governo a maiores cedências na mesa de negociações. Ainda ontem, pouco depois de o general Jaka Jamba retomar o contacto com a representante especial das Nações Unidas, Margaret Anstee, visando a marcação de nova ronda negocial com o Governo (ver texto ao lado), a UNITA anunciava a tomada de mais quatro municípios na província de Kuanza Sul.

Esta demonstração de força, conjugada com a aparente ineficácia das condenações internacionais da atitude belicista da UNITA, torna cada vez menos sólida a ancoragem do MPLA aos resultados das eleições internacionalmente reconhecidas de 29 e 30 de Setembro de 1992. Mas se as eleições multipartidárias não foram solução, o ascendente militar da UNITA no Huambo e em outras nove das 18 províncias do país dá ainda razão aos que defendem que não é pela guerra que passa a resolução do conflito angolano.

"Não há saída imediata. Agora, é deixa andar", admitia ontem um dirigente da UNITA "sob custódia" do Governo de Luanda. Se assim é — se a comunidade internacional não influencia as decisões e se não é o voto dos angolanos que traça os caminhos — cabe ao MPLA e à UNITA a escolha entre perpetuar a guerra, partilhar efectivamente o poder ou dividir o país. ■

António Matos



Silêncio da UNITA ao ultimato dos mediadores provoca especulações

Seis mil mortos no Huambo

(PÚBLICO) - SEGUNDA-FEIRA, 16 FEVEREIRO 1983

Pelo menos seis mil mortos é o número de baixas registadas entre as forças governamentais e da UNITA na sequência dos confrontos que se arrastam há 40 dias na capital do Planalto Central, disse ontem, em Luanda, uma fonte do Estado-Maior do Exército.

As mesmas fontes anunciaram que os confrontos prosseguiram com maior violência que nos dias anteriores. A luta centrou-se em particular nas imediações do Palácio do Governador da Província e dos edifícios da Televisão Popular de Angola e das Telecomunicações, todos no centro da cidade, e junto à escola de oficiais.

As informações continuam contraditórias em relação à situação. Ontem, no jornal das 13h00 da Rádio Nacional de Angola, o comandante da polícia de Huambo, o superintendente Sukissa, dizia que a situação na cidade era "estacionária". A UNITA tinha anunciado pouco antes que controlava a capital do Planalto Central.

A eventual chegada de reforços governamentais ao Huambo também é confusa. Um brigadeiro disse ao PÚBLICO que uma coluna teria partido de Benguela para reforçar e reabastecer as tropas governamentais na cidade sitiada, e que a coluna já tinha chegado a Huambo. Mas uma outra fonte militar não confirmou a notícia.

Luanda continua, por seu lado, à míngua de água e luz. Só dois terços da capacidade total de abastecimento chegam à cidade. Muitas zonas continuam sem qualquer fornecimento de electricidade ou água. Avalia-se em meio milhão de litros de gásóleo por dia o combustível gasto pelos particulares nos geradores privados.

O atraso de uma resposta imediata da organização de Jonas Savimbi ao ultimato lançado

sábado pelos diplomatas de Portugal, Estados Unidos e Rússia, para que marque até às 22h00 de quarta-feira a data da segunda ronda, causou entre os observadores políticos em Luanda uma onda de especulações.

A explicação adiantada ontem ao microfone da "Vorgan", a rádio oficial da UNITA, pelo responsável pela Informação da organização rebelde, não chegou como a resposta querida. Jorge Valentim voltou a insistir que a delegação que foi a Adis Abeba ainda não chegou ao país e na tese da falta de "comunicação".

Numa clara tentativa de desmontar as "dificuldades" de contacto alegadas pela oposição armada, a Missão das Nações Unidas em Angola anunciou que "poderá pôr à sua disposição [da UNITA] os meios logísticos e de transporte necessários ao estabelecimento de um contacto entre a direcção e a delegação" da organização rebelde enviada a Adis Abeba. Savimbi tem afirmado que ainda não conseguiu contactar com os membros da equipa negociadora que foram à capital etíope em Janeiro, o que o impediria de marcar outra ronda.

A constatação dos observadores internacionais em como "não deixarão de tirar as conclusões que se impõem" se a UNITA não marcar uma nova data no prazo concedido, era considerada ontem à tarde por analistas como "uma ameaça velada".

Fontes próximas da "troika" admitiam três cenários: que a UNITA não responderia ao ultimato, alegando razões logísticas — tipo "dificuldades nas comunicações"; que aceitaria marcar uma data para o encontro, mas sem cessar-fogo; que não aceitaria, de uma forma ostensiva, o aviso, dando a entender que não tem quaisquer obrigações perante a "troika" internacional encarregada de acompanhar o processo de paz.

Mas se em todos os casos os observadores se reservam o direito de interpretar a reacção da UNITA, em relação à última hipótese as mesmas fontes admitem que os Estados Unidos estariam dispostos a ir mais longe. Mas não especificaram que

carácter poderia assumir a vontade norte-americana.

O ultimato adivinhava-se depois da declaração, do dia anterior, em que os diplomatas português, norte-americano e russo condenaram a recusa da UNITA em aceitar as tréguas propostas pelo Governo e a Cruz Vermelha Internacional com o objectivo de prestar ajuda humanitária ao Huambo. A organização de Jonas Savimbi argumentou que as tréguas serviriam para o Governo reabastecer as suas forças no terreno, mas os observadores consideraram "inadmissível" que a ajuda humanitária ficasse por fazer.

Na última edição do "Expresso", o embaixador português António Monteiro afirmou que os observadores não iriam esperar muito mais tempo por uma resposta da UNITA, fazendo depender da posição norte-americana uma nova declaração. "O representante dos EUA deixou claro que está pronto a ir a Adis Abeba a qualquer momento, caso contrário haverá outro comunicado da troika, com elementos novos no que diz respeito à posição norte-americana." ■

* com AFP e Reuter

Burocracia emperra processo de paz

O ATRASO na aprovação do orçamento da missão das Nações Unidas em Moçambique (Onumuz), pendente na subcomissão para as questões administrativas da ONU, põe em risco o processo de paz no país por falta de fundos, já que destes depende o início de operações consideradas essenciais, afirmam observadores em Maputo.

Um porta-voz da ONU disse, na capital moçambicana, não fazer ideia de quando o orçamento estará aprovado, pois não existe qualquer indicação nesse sentido, e acrescentou que isso tanto pode ocorrer em breve como demorar vários meses. Os únicos dinheiros autorizados até ao momento foram os que proporcionaram a chegada ao país e o começo das missões distribuídas aos primeiros 30 elementos da Onumuz.

Os analistas consideram preocupantes as consequências do atraso. Segundo o calendário aprovado em Roma, em Outubro do ano passado, as forças do Governo e da Renamo já deviam estar acantonadas e desarmadas, os militares destinados a integrar o novo exército unificado escolhidos e os restantes desmobilizados.

Para que isso aconteça, é necessária a presença das forças da ONU, às quais caberá definir e proteger as zonas de acantonamento, receber e guardar as armas e fazer a selecção dos militares para o novo exército. Os "capacetes azuis" são também necessários para garantir a segurança interna e externa durante o período em que as forças de ambas as partes estiverem acantonadas e desarmadas. Ora, nada disto pode ser concretizado sem os serviços

administrativos das Nações Unidas aprovarem o orçamento e disponibilizarem os fundos destinados, entre outras coisas, à deslocação, alimentação, alojamento e transporte das forças da paz no território.

O atraso orçamental compromete ainda a realização de outro dos pontos aprovados em Roma e que deveria ter terminado em Novembro do ano passado: a retirada das forças estrangeiras que protegem os corredores de Nacala, Beira e Limpopo.

Procurando ultrapassar esta questão, a Itália ofereceu 1200 homens para a protecção do corredor da Beira, pagos pelo Governo de Roma, para permitir a evacuação das forças zimbabueanas que protegem aquela via, essencial para as importações e exportações de Harare. O contingente militar é esperado no dia 20, apesar de a ONU, também aqui, se ter atrasado, segundo o mesmo porta-voz, a formalizar o pedido junto das autoridades italianas.

Quando um mal nunca vem só

O perigo latente é a divisão do país em zonas controladas pelo Governo e zonas controladas pela Renamo. Isto porque ainda não deixou de suceder que a ser a presença dos rebeldes armados impede a maioria dos cidadãos de circular em algumas zonas. Os trabalhadores que reparavam uma estrada numa zona da Renamo foram raptados, porque o comandante da base mais próxima entendeu que os trabalhos não podiam ser efectuados sem a prévia au-

torização do comandante da unidade rebelde.

Como um mal nunca vem só, os fundos prometidos na conferência de doadores realizada em Roma, em finais do ano passado, ainda não começaram a ser disponibilizados. E, sem eles, não é possível iniciar o regresso dos deslocados, o repatriamento dos refugiados e os primeiros trabalhos de preparação das eleições, a começar pelo recenseamento dos eleitores. Uma segunda conferência, prevista para Janeiro, em Maputo, não se realizou, aumentando ainda mais o enorme atraso.

A maioria dos 250 mil refugiados moçambicanos na África do Sul só serão repatriados quando a paz estiver garantida no país, disse, entretanto, na Cidade do Cabo, o ministro sul-africano do Interior, Louis Pienaar, interrogado por parlamentares. O ministro respondia às preocupações manifestadas pelos deputados quanto à situação dos estrangeiros, acusados de ocupar postos de trabalho destinados aos cidadãos sul-africanos. "Seria desumano repatriar milhares de pessoas para um país totalmente destruído pela guerra civil e devastado pela seca", afirmou Pienaar.

A ausência de dinheiros vão-se somando agora tensões políticas, como a pequena tempestade causada pelo presidente do partido FUMO, Domingos Arouca, que, há uns dias, afirmou que o líder da Renamo não tem perfil para Presidente da República. Isto desencadeou um torvelinho de comunicados no pachorrenho ambiente político de Moçambique. ■

João Ferraz, em Maputo

Moçambique Eleições só em Junho de 1994

O REPRESENTANTE especial das Nações Unidas em Moçambique, Aldo Ajelo, sugeriu ontem o adiamento das eleições para Junho de 1994, em vez de Outubro deste ano, como estava previsto nos acordos de Roma. Confirma-se assim a preocupação de colher as lições do processo angolano, evitando a precipitação do acto eleitoral antes da desmobilização das forças combatentes e da criação das novas Forças Armadas.

Numa conferência de imprensa, em Maputo, Ajelo começou por salientar o atraso na aplicação dos acordos. Das várias comissões previstas, apenas três (as de Supervisão e Controlo, do Cessar-Fogo e da Reintegração dos Desmobilizados) estão a funcionar. Faltam ainda as comissões responsáveis pelo controlo da polícia e dos serviços de segurança, pelas relações entre os territórios sob administração da Renamo e os do Governo, a encarregada de supervisionar a constituição das novas Forças Armadas e ainda a Comissão Eleitoral. Ajelo considerou, no entanto, que não é prematura a formação desta última comissão, visto que, em sua opinião, a preparação das eleições demorará pelo menos um ano.

Em relação às questões militares, sublinhou que já estavam identificados os 49 pontos de acantonamento das tropas, mas preveniu que a desmobilização está a ser dificultada pelo facto de as duas partes terem escolhido aqueles pontos segundo as respectivas vantagens estratégicas, sem terem em conta as dificuldades logísticas. Alguns locais nem sequer têm água e são de difícil acesso.

Quanto à chegada de mais forças da missão das Nações Unidas em Moçambique (Onumuz), anunciou que já vêm a caminho dois navios com o equipamento do batalhão italiano que começará a chegar ao aeroporto de Maputo no próximo dia 16 e que deverá ficar completo até 2 de Março. Os italianos irão ocupar as posições das tropas do Zimbábue no corredor da Beira. Mas, até à chegada de mais "capacetes azuis", os zimbabueanos continuarão a guarnecer o corredor do Limpopo e as tropas do Malawi o corredor de Nacala.

Outros dois batalhões da ONU, provavelmente os da Zâmbia e do Bangladesh, deverão desembarcar até princípios de Abril. Seguir-se-ão os do Uruguai e do Botswana. Já no próximo domingo, chega o comandante da Onumuz, o general brasileiro Lúcio Gonçalves Rodrigues da Silva.

Respondendo a uma pergun-

Sem dinheiro

A PAZ em Moçambique está em lista de espera. É a opinião que prevalece no Ministério da Defesa. Uma boa parte do calendário elaborado a partir dos acordos de Roma, em programas essenciais, vai necessariamente ser revista. A causa está na falta de entusiasmo dos países dadores em avançarem com o dinheiro necessário para concretizar o protocolo assinado na Conferência de Dadores, realizada em Roma, dias antes do Natal de 1992.

Na linguagem corrente do Ministério da Defesa, "o que falta é que os países dadores se cheguem à frente". Trata-se do orçamento destinado a suportar as despesas de uma série de programas que têm o núcleo principal no triângulo "desmobilização, desarmamento e acantonamento de militares da Renamo e da Frelimo, a constituição do Exército único e a implantação de um sistema logístico" à escala nacional.

A Portugal cabe organizar o sistema logístico — contemplado aliás em programa de cooperação bilateral — e participar no processo de desmobilização de militares e formação das Forças Armadas. No âmbito directo do contingente da ONU, está estabelecido que as Forças Armadas portuguesas participam com um batalhão de comunicações que já devia estar no terreno.

Outra componente da participação por-

tuguesa, em termos de pessoal e equipamento, está planeada para o programa de recenseamento eleitoral e apoio à realização e fiscalização das eleições, estas apontadas para o próximo mês de Outubro. A primeira colocação de pessoal militar português no terreno estava agendada para a segunda quinzena de Março e primeira semana de Abril.

Estes dados, na avaliação do Ministério da Defesa, parecem agora desajustados e vão implicar o reordenamento de quase todo o calendário que tinha sido previsto. No tocante à parte militar portuguesa, foram já desencadeados os mecanismos destinados a obter dos militares a disponibilidade para recrutamento voluntário, nos três ramos.

"Voluntários há. O que ainda não há é a garantia financeira para suportar esse esforço." É o que vem garantido do MDN. Na conferência de Roma de Dezembro do ano passado tinha ficado estabelecido que a Itália doava cem milhões de dólares, os EUA 45 milhões e a Comunidade Europeia entrava com 90 milhões. Portugal tinha manifestado disponibilidade para uma entrada de cinco milhões. Acontece que, até agora, ainda nenhum cofre se abriu e as previsões adiadas em Dezembro sobre a chegada dos "capacetes azuis" a Moçambique em Janeiro goraram-se. ■ C.C.

ta do PÚBLICO, Ajelo afirmou que a questão de o país estar dividido entre duas administrações, com zonas controladas pela Renamo sem possibilidade de livre acesso, será resolvida pela chegada das tropas da ONU, que, nos termos dos acordos, deverão assegurar a livre circulação em todo o país. ■

João Ferraz, em Maputo

PÚBLICO

QUINTA-FEIRA, 11 FEVEREIRO 1983

Moçambique Ajuda italiana a caminho

O PRIMEIRO barco carregado com material militar destinado ao contingente italiano da ONU em Moçambique (Onumuz) tinha marcada para ontem a sua partida do porto de Spezia, segundo anunciou um porta-voz do Ministério da Defesa italiano.

O Arcade Eagle, fretado pelas Nações Unidas, transportará 150 veículos militares. No princípio da próxima semana, um segundo navio, o "Kintampo", carregará o resto do material italiano.

Relativamente ao contingente itálico, os 1200 militares prometidos por Roma seguirão para Moçambique entre os dias 28 de Fevereiro e 5 de Março, por avião. Cinco oficiais italianos chegaram já a Maputo para coordenar os preparativos de acolhimento e deslocação dos militares para o corredor da Beira.

A hipótese do novo exército vir a ser formado por peritos britânicos foi ontem admitida pela agência moçambicana Media Fax. A proposta de Londres abrangeria a formação de 12 batalhões, com um total de 24 mil homens, e insere-se nos acordos de Roma entre os beligerantes cuja concretização leva três meses de atraso. ■

Moçambique ainda não exige repatriamento de emergência

César Camacho

Há um plano-matriz destinado a proteger e retirar cidadãos portugueses estejam em que país estiverem. Essa matriz não foi adaptada para o caso de Moçambique por se considerar que a situação no país não indicia essa exigência. Quer dizer, "não há plano de evacuação de portugueses relativo a Moçambique".

"Plano de regresso" é a designação de código para a matriz de todo o planeamento destinado a facultar apoio ao retorno de cidadãos portugueses residentes em países classificados como regiões de risco. Mesmo inserindo Moçambique nessa categoria, Portugal não elaborou nenhum programa de emergência orientado para a evacuação de portugueses radicados naquele país. A informação é prestada pelo porta-voz do ministro da Defesa, Carlos Chaves, e confirmada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros.

A organização básica do "plano de regresso" é da responsabilidade do órgão denominado Planeamento Civil de Emergência, a cujo conselho nacional preside o ministro da Defesa, por delegação directa do primeiro-ministro. Por razões óbvias, trata-se de um plano sujeito à classificação "reservado", nos aspectos que indicam as zonas de risco, pontos de fuga e possíveis apoios externos.

Este código já foi activado e adaptado por duas vezes ao caso de Angola e outras duas vezes em relação ao Zaire, quando foram executadas operações de repatriamento. Em nenhuma das acções foi aplicada a componente de intervenção militar armada, que também faz parte do planeamento geral para acorrer a situações de emergência — protecção de interesses portugueses fora de área.

Quando qualquer situação de crise se desenvolve ao ponto de determinar a protecção e o repatriamento de cidadãos nacionais, o plano-matriz é ajustado a cada caso concreto. Nessas circunstâncias o planeamento abrange os ministérios da Defesa, dos Negócios Estrangeiros e, eventualmente, dos Transportes e Comunicações, se os meios militares de transporte forem insuficientes ou a sua mobilização total colocar em risco o sis-

tema regular de defesa interna.

A geografia de crise

É da competência do Ministério dos Negócios Estrangeiros manter actualizado o levantamento das comunidades portuguesas emigradas ou em actividades de cooperação em outros países. Trata-se de uma tarefa delegada na Secretaria de Estado das Comunidades e executada pelas embaixadas e consulados. Na dependência do Ministério dos Negócios Estrangeiros funciona permanentemente um órgão de trabalho chamado "serviço de protecção consular", ao qual cabe, por mera rotina, manter actualizados os dados gerais sobre as comunidades portuguesas.

Deve ser um registo que possibilite determinar rapidamente o número de cidadãos e sua localização, permitindo saber-se também se são indivíduos singulares ou famílias e se no conjunto há crianças. No planeamento básico, por regra, cabe aos adidos militares inventariar aeroportos (ou portos) de escala e viabilidade de reabastecimento de aeronaves ou navios e à diplomacia assegurar a cooperação dos países vizinhos do "alvo" a alcançar para a operação de protecção ou repatriamento. Foi o que se passou com a situação no Zaire, em que a diplomacia portuguesa assegurou a cooperação do Governo do Congo-Brazzaville, nas duas situações em que o "plano de regresso" foi activado.

No domínio das informações militares, que contam com a cooperação dos órgãos de pesquisa de informações da NATO e dos serviços nacionais dos diversos países aliados, a tarefa é manter actual a evolução da situação em cada região crítica, de modo a poder ser desenhada a vulgarmente chamada "geografia de crise". Pode resumir-se que na África as preocupações residem prioritariamente em Angola, Moçambique, Zaire e, em grau mais moderado, na África do Sul.

As alianças contam

Os planos de emergência para situações designadas como "fora de área" raramente se restringem à actuação unilateral de cada país. Há uma ligação a um órgão da NATO, denominado SCEPC, Comité de Planeamento Civil de Emergência da OTAN. Este órgão está vocacionado para manter permanentemente actualizadas as políticas de planeamento civil de emergência e que

abranchem o caso particular dos cidadãos em risco, quer por razões de catástrofe, quer por instabilidade política ou situação de guerra.

Nos casos recentes do Zaire, caberia à França e à Bélgica garantir apoio militar se houvesse necessidade de intervenção armada. Isto sem prejuízo de Portugal poder destacar meios militares de intervenção (paraquedistas). No entanto, o planeamento na área militar ocorre-se das alianças a que Portugal pertence pela razão elementar da economia de meios. No caso assinalado do Zaire, a França mantém forças militares especiais estacionadas na República Centro-Africana, mais próximas do alvo crítico. ■

Moçambique a ano e meio das eleições

EXPRESSO, SÁBADO 13 DE FEVEREIRO DE 1993

Refinaldo Chilenge

correspondente no MAPUTO

A REALIZAÇÃO de eleições em Moçambique só será possível após Junho de 1994, por não estarem reunidas até essa altura as condições «técnicas» necessárias — segundo declarações proferidas ontem, no Maputo, pelo representante especial do secretário-geral das Nações Unidas no país, Aldo Ajello.

O representante de Butros Ghali anunciou, na mesma altura, que Portugal já foi oficialmente convidado pela ONU para participar na força de «capacetes azuis» em Moçambique com um batalhão de

engenheiros. Durante a recente visita a Maputo de uma delegação militar portuguesa, chefiada pelo general Gonçalves Ribeiro, foi anunciado que o batalhão deverá ser constituído por 300 homens desarmados.

O comandante-geral da força de «capacetes azuis» que vai fiscalizar em Moçambique todo o processo de acantonamento e desmobilização de soldados do Governo e da Renamo, o major-general brasileiro Lélcio Gonçalves da Silveira, chega amanhã à capital moçambicana.

No primeiro «briefing» regular com os jornalistas, Ajello afirmou que a ONU

utilizará em Moçambique métodos «alternativos» dos usados em Angola, para que não haja uma repetição da tragédia angolana: «Não nos limitaremos a fazer a contagem de eleitores, vamos proceder exaustivamente à sua identificação e registo individual por meios informáticos».

As Nações Unidas estão determinadas a só realizar eleições após o completo acantonamento, desarmamento e desmobilização dos exércitos do Governo e da Renamo, para garantir a transparência do processo e impedir acontecimentos semelhantes aos verificados em An-

S. Tomé e Príncipe

EXPRESSO, SÁBADO 13 DE FEVEREIRO DE 1993

O regresso de Pinto da Costa

O EX-PRESIDENTE de S. Tomé, Manuel Pinto da Costa, vai fixar definitivamente residência no seu país e criar um fórum que congregue forças partidárias e não-partidárias, de modo a ultrapassar a grave crise que atravessa esse arquipélago do Golfo da Guiné.

Pinto da Costa, que há cerca de um mês regressou a S. Tomé, depois de quase dois anos de «errância» por Lisboa, Paris e Luanda, na sequência da derrota eleitoral de Março de 1991, disse ao EXPRESSO estar convencido de que a actual dicotomia entre a administração central (nas mãos de uma maioria absoluta do PCD-RG) e o poder local (totalmente nas mãos do MPLSP) pode ser ultrapassada com um «governo de unidade nacional» que integre elementos de todos os partidos e independentes. Pinto da Costa precisou que essa sua convicção saiu reforçada dos encontros que já teve com o actual Presidente, Miguel Trovoadá, o primeiro-ministro Costa Alegre, o secretário-geral do seu antigo partido, Carlos Graça, e «outras personalidades e forças» da sociedade civil.

Pinto da Costa declarou ainda que releva ao actual Poder tudo o que dele foi dito durante a campanha eleitoral e que até compreende as dificuldades da presente gestão. «Os problemas de S. Tomé são estruturais, e também nós já tínhamos, em 1975, caído na crítica fácil ao colonialismo português», disse.

Manuel Delgado

O ex-Presidente, de 53 anos, ainda não visitou a sede do MLSTP, mas esteve no fim-de-semana passado na Ilha do Príncipe e, disse, comoveu-o o número de pessoas que afluíram à missa do segundo aniversário da morte da sua mãe.

«Governo deve cair»

Posição menos flexível sobre a actual situação em S. Tomé tem o secretário-geral do MLSTP, Carlos Graça, que revelou ao EXPRESSO ter a última reunião do conselho nacional do seu partido decidido que o actual Governo «deve cair». «Em 1991, o país estava em situação má. Hoje, está numa situação grave, e não há perspectiva de solução sem mudança», disse.

Graça disse que esse primeiro debate depois da retumbante vitória autárquica de 6 de Dezembro não chegou contudo a consenso sobre «o timing» e os métodos de derrube do Governo de Costa Alegre. «Quanto a métodos, a mim não me restam dúvidas: terão de ser estritamente democráticos», sublinhou Graça.

A principal preocupação do MLSTP, segundo o seu secretário-geral, prende-se com «a atitude centralizadora da actual maioria, que inibe os mecanismos de investimento e de mercado». Ora, acrescenta, «a abertura» de 1990 foi o reconhecimento de que esse tipo de atitude estava a afundar o país».

SEXTA-FEIRA, 12 FEVEREIRO 1993

PÚBLICO

JARDIM E MANDELA — Nelson Mandela, líder do Congresso Nacional Africano, vai encontrar-se em Lisboa com o presidente do Governo Regional da Madeira, durante a visita que fará a Portugal. O encontro com Alberto João Jardim está agendado para as 16 horas do dia 24, no hotel onde o dirigente sul-africano ficará instalado. Por sua vez, Jardim deslocar-se-á à África do Sul entre os dias 1 e 6 de Março, tendo agendadas reuniões separadas com o Presidente Frederik de Klerk e o ministro dos Negócios Estrangeiros, «Pik» Botha.

PÚBLICO

SÁBADO, 13 FEVEREIRO 1993

Partilha na África do Sul até 1999

NEGROS E BRANCOS sul-africanos deverão partilhar o poder até pelos menos 1999 — decidiram representantes do Governo e do Congresso Nacional Africano reunidos durante três dias na Cidade do Cabo. Ao fazer ontem um primeiro balanço das conversações, o vice-ministro do Desenvolvimento Constitucional, Fanus Schoeman, declarou que as duas partes proporão em próximas negociações multipartidárias que um governo de unidade nacional permaneça em funções durante pelo menos cinco anos depois da realização de eleições multiraciais, provavelmente em 1994. «Não é uma proposta. É um facto. Existirá um Governo de unidade nacional durante cinco anos», disse Schoeman. Ainda neste mês ou no princípio de Março, uma reunião multipartidária deverá definir o calendário das eleições, que as duas partes afirmam desejar «o mais depressa possível».

Zulus sul-africanos ameaçam com banho de sangue

Buthelezi sente-se excluído

NUMERO

DOMINGO, 14 FEVEREIRO 1993

O CHEFE zulu Mangosuthu Buthelezi alertou ontem para um possível banho de sangue se o governo sul-africano e o Congresso Nacional Africano (ANC) tentarem impor planos constitucionais ao seu povo.

O líder do partido Inkatha disse numa declaração escrita que o governo e o ANC terão que recorrer à força para obrigar o barutório Kwazulu a aceitar os planos por eles anunciados sexta-feira.

"A aliança entre o governo e o ANC/SACP (partido comunista sul-africano) está a brincar com a nossas vidas e as vidas dos nossos filhos e netos" —

disse Buthelezi, que reagiu às declarações do secretário geral do ANC, Cyril Ramaphosa, sobre o acordo alcançado com o Governo sobre a questão da autonomia regional, que seria resolvida por uma assembleia nacional constituinte.

O Governo tinha insistido até então na ideia de que uma assembleia constituinte estaria sempre ligada ao princípio da devolução do poder às regiões.

O principal negociador governamental, Fanus Schoeman, disse ainda que a organização de Nelson Mandela, o principal grupo da oposição a negociar o

fim do regime de minoria branca na África do Sul, tinha aceitado a partilha do poder entre brancos e negros até 1999.

Estes avanços foram conseguidos após três dias de conversações entre o Governo e o Congresso Nacional Africano, naquilo que os observadores consideram como um importante passo para um regime não racial.

Mas Buthelezi levantou o espectro do banho de sangue se o ANC e o governo levarem avante os seus planos.

"Se o ANC/SACP e o governo estão seriamente

convencidos a levar avante o que foi acordado, terão que ter em conta nos seus planos a necessidade de usarem a Força de Defesa da África do Sul e o exército privado do ANC/SACP, o Umkhonto we Sizwe, para conseguirem a cooperação do Kwazulu/Natal", disse Buthelezi.

Buthelezi, que teme ser posto de lado nas negociações para o futuro constitucional do país, está a tentar promover o seu próprio plano federal para uma África do Sul democrática. Segundo ele, não há qualquer possibilidade de o Inkatha, o governo do Kwazulu ou a maioria

do povo do Kwazulu/Natal aceitarem o modelo constitucional agora acordado entre o governo branco e o ANC.

Mandela

quer eleições já

Está absolutamente fora de hipótese, segundo ele, a ideia de que "uma assembleia constitucional, eleita em eleições que não serão livres ou justas no actual clima de intimidação e violência, decida sobre as fronteiras, poderes, funções e estruturas da região".

Não está ainda claro se o recém assinado compromisso entre o Governo e o ANC e a reacção de Buthelezi afectará a câmara entre o líder zulu e Mandela, que está a ser preparada para tentar acabar com a violência que assola o país.

Mais de 7.000 pessoas foram mortas, a maioria nas lutas nos bairros de lata entre adeptos do ANC e do Inkatha, desde que o Presidente Frederik de Klerk, um reformador, legalizou os grupos da oposição e começou, há três anos, a desmantelar o regime de "apartheid".

Nelson Mandela, que deverá visitar Portugal na última semana de Fevereiro, disse que ainda espera uma reunião com Buthelezi, apesar das divergências que existem entre os dois, e indicou que as eleições gerais deveriam ocorrer antes do final do ano, apesar da violência. ■

Tempestade política na África do Sul

Governo e ANC desmentem acordo secreto

SEGUNDA-FEIRA, 15 FEVEREIRO 1993

UM HIPOTÉTICO "acordo" entre o Congresso Nacional Africano (ANC) e o Governo sul-africano com vista à "partilha do poder" durante um prazo de cinco anos, conforme foi anunciado sexta-feira pelo conjunto da imprensa local, foi ontem desmentido pelos interessados e suscitou o furor das outras forças políticas.

O presidente da organização nacionalista negra, Nelson Mandela, foi o primeiro dos visados a "dissipar todos os rumores sobre eventuais pactos secretos entre o ANC e o Governo". O líder desmentiu ainda o anúncio de um projecto de "partilha do poder" entre a sua organização e o Governo "até 1999".

Ao desmentido de Mandela seguiu-se, também ontem, o do Presidente Frederik de Klerk, que negou a assinatura, durante as negociações bilaterais, de quaisquer acordos entre a organização negra e o seu Governo relativos quer à partilha do poder quer, de uma maneira mais geral, sobre o futuro constitucional do país.

Segundo a imprensa dominical sul-africana, o secretário de Estado para o Desenvolvimento Constitucional, Fanus Schoeman, recusou sábado em relação às declarações que proferiu na véspera, afirmando que "o consenso" a que teriam chegado o Governo e o ANC, durante os três dias de negociações na Cidade do Cabo, não podiam ser consideradas como um "acordo".

Schoeman, adjunto de Rolf Meyer, ministro encarregado das negociações com os movimentos negros, esteve na origem do anúncio espectacular, através da imprensa, de um acordo entre a organização de Nelson Mandela e o Governo de Frederik de Klerk.

Todos os jornais sul-africano-

nos noticiaram sábado, em manchete, na manhã seguinte a uma conferência de Imprensa de Shoeman, a existência de "um acordo" entre a principal organização de oposição e o Governo sul-africanos com vista à "partilha do poder" entre partidos brancos e negros durante pelo menos cinco anos depois da realização de eleições gerais no país.

Eleições multirraciais por designação de uma Assembleia Constituinte encarregada de redigir uma Constituição pós-apartheid estão previstas para o princípio ou fim de 1994.

Estes sobressaltos políticos causaram a cólera das outras formações políticas sul-africanas, negras e brancas, que manifestaram o ressentimento de terem sido excluídas do jogo político por um pacto secreto entre os dois "grandes" que são o Congresso Nacional Africano e o Partido Nacional, no poder.

O dirigente do principal movimento negro que se opõe ao ANC, o chefe zulu Mangosuthu Buthelezi, presidente do Inkatha, mostrou-se o mais violento. Afirmou que o "acordo", tal como "reportado" pela imprensa, não constitui "de nada mais nem menos que a receita para uma guerra civil".

O Partido Pan-Africano, um movimento negro radical, acusou, por seu lado, o ANC de se ter "vendido" ao poder branco e duvidou que um tal acordo "venha a ser alguma vez aceite pelas massas".

O Partido Conservador, pró-apartheid, que representa, entre a minoria branca, a principal oposição ao Presidente De Klerk, disse que "o ANC obteve agora tudo o que mais sonhava" e sublinhou que o Governo "sucumbiu totalmente" ao líder negro Nelson Mandela. ■